



BANCO CETELEM S.A.

CNPJ/MF nº 00.558.456/0001-71

www.cetelem.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1º SEMESTRE DE 2022

INDÍCE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO BANCO CETELEM.....	03
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021	04
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021	05
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021	05
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021	06
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021	07
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021	08
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL BNP PARIBAS - JUNHO DE 2022.....	20
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO BANCO CETELEM

O Banco Cetelem é uma empresa do grupo francês BNP Paribas e está presente em mais de 70 países, posicionada entre os líderes mundiais no mercado de crédito ao consumidor.

Aos Administradores e Acionistas,

São Paulo, 25 de agosto de 2022 - O Banco Cetelem S.A (Cetelem) anuncia o relatório da Administração, incluindo o relatório dos Auditores Independentes sem ressalva, referente aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Desempenho Econômico-Financeiro

O nível da atividade econômica segue em recuperação, impulsionado principalmente pelo setor de serviços com o aumento no consumo das famílias e a reabertura dos principais setores da economia. A queda na taxa de desemprego e os benefícios oferecidos pelo governo às pessoas de baixa renda contribuíram com um crescimento positivo do PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro trimestre acarretando em uma revisão para cima das projeções do ano. O ambiente externo segue se deteriorando marcado por revisões negativas para o crescimento global em um ambiente de fortes e persistentes pressões inflacionárias. O aperto das condições financeiras motivado pela reprecificação da política monetária nos países avançados e o aumento da aversão ao risco, eleva a incerteza e gera volatilidade principalmente nos países emergentes.

Apesar do índice de desemprego ter melhorado o endividamento e a inadimplência das famílias continua em alta. Isso fez com que medidas fossem adotadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), Banco Central do Brasil e Governos, tais como aumentos da taxa básica de juros (SELIC) chegando a 13,25% a.a. Esse aumento foi gerado como estratégia para conter a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e já demonstra sinais de recuo.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 o Banco auferiu um prejuízo líquido de R\$ 55 milhões e Ativos totais de R\$ 9,6 bilhões, sendo R\$ 8,7 bilhões de Carteira de Crédito, composta principalmente por empréstimo consignado e cartão de crédito, com saldo de captação em R\$ 6,6 bilhões e resultado de intermediação financeira de R\$ 168 milhões.

Acordo de Basileia

A Cetelem deu continuidade à consolidação da abordagem padronizada de Basileia III, adicionalmente realizamos a maior venda única de crédito consignado do mercado brasileiro com valor de transação superior a R\$ 3,6 bilhões e mais de 804 mil operações cedidas o que colaborou para um índice individual de 14,35%.

Sobre a Cetelem

O Banco Cetelem é uma empresa integrante do grupo francês BNP Paribas, o maior banco da Europa e com mais de 170 anos de atuação no mercado internacional de crédito. Contamos com uma base que supera 33 milhões de clientes e mais de 200 mil funcionários distribuídos em mais de 70 países. Especializado em soluções de crédito ao consumidor, atua fortemente no setor de empréstimos consignados e no mercado de cartões de crédito, além de oferecer serviços de crediários e seguros. O Banco Cetelem é uma subsidiária do BNP Paribas Personal Finance, presente em mais de 18 países e no Brasil desde 1998.

Com o propósito de alavancar os projetos de clientes e parceiros, o banco opera por meio de correspondentes bancários varejistas que oferecem as opções mais adequadas de crédito ao consumidor final. Oferecemos um amplo portfólio de soluções de crédito simplificadas e inovadoras, como cartões de crédito, cartões de crédito consignado, empréstimos pessoais e consignados, financiamentos, seguros e serviços assistenciais. Em 2021, nos tornamos uma empresa pioneira entre as instituições financeiras ao lançar um dos primeiros cartões de crédito feito com quase 100% de plástico reciclado no Brasil. Com isso, o Banco Cetelem tem adotado cada vez mais medidas que reduzem a emissão de dióxido de carbono (CO²), o consumo de água e o uso de matéria prima e de energia no processo produtivo. Em 2022, o banco já reduziu 6 mil toneladas de CO² com cartões de plástico reciclado.

Continuamos com o suporte aos colaboradores em todo momento, especificamente na retomada da volta ao escritório no modelo híbrido de trabalho que foi adotado pela Cetelem. Como parte desse novo modelo de trabalho, foi feita adequação do escritório para que seja um ambiente seguro para todos os colaboradores, além de continuar diversas ações focadas a adaptação para o modelo, programas de saúde física e mental a partir de palestras e encontros, assim como off-sites com todos os times e os membros do nosso comitê executivo para reforçar o alinhamento estratégico e nos conhecer após tanto tempo trabalhando de casa. Continuamos reforçando todos os canais diretos de comunicação entre todos da empresa, por meio de lives e encontros presenciais com a gestão, garantindo uma comunicação uniforme e transparente da estratégia e de tópicos relevantes no momento que estamos vivenciando de constantes mudanças. Essas e outras ações fizeram com que a Cetelem fosse reconhecida pelo quarto ano consecutivo como uma das melhores empresas para se trabalhar no ranking Great Place to Work (GPTW), obtendo o selo de certificação, o que continua reforçando a missão de "Ser uma empresa interessante, buscando permanentemente oferecer uma experiência única para clientes e colaboradores", além de ter interesse em permanecer entre as melhores empresas para se trabalhar.

Agradecemos mais uma vez aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação com os nossos objetivos e resultados alcançados durante o todo semestre de 2022. O comprometimento e a energia aplicada por todos é imprescindível para que atravessemos este período sem precedentes da melhor maneira possível, assegurando a segurança de todos, bem como a entrega dos melhores serviços financeiros.

Carteira de Crédito

8,7 bilhões

Captação

6,6 bilhões

Provisão de Crédito

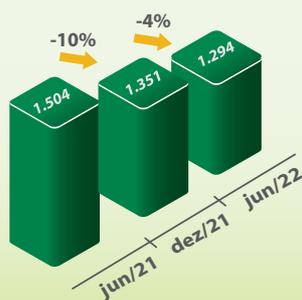
561 milhões

Patrimônio Líquido

1,2 bilhões

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

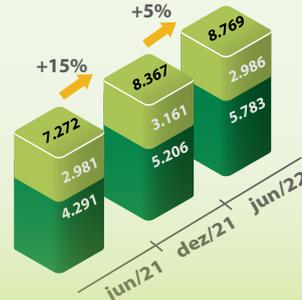
* Posição em 30 de junho de 2022



■ Patrimônio Líquido

CARTEIRA DE CRÉDITO

* Posição em 30 de junho de 2022



■ Crédito Consignado ■ Cartões e Outros

CAPTAÇÃO

* Posição em 30 de junho de 2022



■ Carteira de Crédito

PROVISÃO DE CRÉDITO

* Posição em 30 de junho de 2022



■ Regulatório ■ Adicional

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ações)

	Nota explicativa	Semestre 30.06.2022	Semestre 30.06.2021
Receitas da intermediação financeira		669.506	617.908
Operações de crédito	17	678.602	598.256
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	17	(15.502)	17.860
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	17 e 5	6.406	1.792
Despesas da intermediação financeira		(501.018)	(344.300)
Operações de captação no mercado	18	(278.913)	(122.378)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(222.105)	(221.922)
Resultado de intermediação financeira		168.488	273.608
Outras receitas (despesas) operacionais		(256.808)	(338.200)
Receitas de prestação de serviços	19 a)	74.570	60.350
Rendas com tarifas bancárias	19 b)	45.704	45.432
Despesas de pessoal	19 c)	(43.292)	(41.038)
Outras despesas administrativas	19 d)	(202.854)	(228.407)
Despesas tributárias	19 e)	(30.983)	(36.227)
Resultado de participações em controlada e coligada	10 a)	3.566	1.494
Outras receitas operacionais	19 f)	30.231	61.654
Despesas de provisões	19 g)	57.018	(47.417)
Outras despesas operacionais	19 g)	(190.768)	(154.041)
Resultado operacional		(88.320)	(64.592)
Resultado não operacional	20	394	(311)
Resultado antes dos tributos e participações		(87.926)	(64.903)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	40.013	34.768
Participações estatutárias	23	(7.584)	(3.441)
Prejuízo do semestre		(55.497)	(33.576)
PREJUÍZO DO SEMESTRE POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$		(0,06)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Semestre 30.06.2022	Exercício 30.06.2021
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(55.497)	(33.576)
Outros resultados abrangentes		(1.429)	(1.058)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda de controlada	10 a)	(1.429)	(1.058)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		(56.926)	(34.634)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Outras Reservas			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	905.166	200.740	41.404	407.211	1.107	-	1.555.628
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(16.642)	-	-	(16.642)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(33.576)	(33.576)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda de controlada	-	-	-	-	(1.058)	-	(1.058)
Utilizações:							
Reserva de lucros	-	-	-	(33.576)	-	33.576	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	905.166	200.740	41.404	356.993	49	-	1.504.352
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	905.166	200.740	41.404	204.558	(621)	-	1.351.247
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(55.497)	(55.497)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda de controlada	-	-	-	-	(1.429)	-	(1.429)
Utilizações:							
Reserva de lucros	-	-	-	(55.497)	-	55.497	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	905.166	200.740	41.404	149.061	(2.050)	-	1.294.321

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Semestre 30.06.2022	Semestre 30.06.2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
PREJUÍZO DO SEMESTRE			
Ajustes ao (prejuízo) do semestre		(55.497)	(33.576)
Amortização de despesas com parceiros comerciais	19 g)	34.200	3.136
Despesas de depreciação e amortização	19 d)	15.411	16.959
Prejuízo na alienação de investimentos e de valores e bens	20	394	311
Variação monetária	19 f) e g)	(4.882)	(1.216)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	222.105	221.922
Reversão/ Provisão para outras despesas e perdas operacionais	19 g)	(22.122)	12.125
(Reversão) Constituição líquida de provisão para contingências	19 g)	(34.896)	35.292
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.566)	(1.494)
Tributos diferidos	21	(40.013)	(34.768)
		111.134	218.691
PREJUÍZO DO SEMESTRE AJUSTADO			
(Aumento) redução nos ativos:			
Títulos e Valores Mobiliários		-	(17)
Juros Recebidos		575.777	702.937
Relações interfinanceiras		(16.852)	(15.891)
Operações de Crédito		(1.434.591)	(328.683)
Outros créditos		142.430	(11.799)
Despesas antecipadas		(18.161)	11.909
Bens não de uso próprio		-	78
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos		1.068.264	(403.194)
Relações interfinanceiras e interdependências		(13.577)	4.630
Outras obrigações		17.193	69.399
Resultados de exercícios futuros		(1.681)	195
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(752)
Juros Pagos		(448.802)	(235.357)
		(18.866)	12.146
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de investimentos		97	-
Alienações/ (Aquisições) de imobilizado de uso		2.679	(2.289)
(Aquisições) de intangível		(13.783)	(5.793)
		(11.007)	(8.082)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos		-	(16.642)
		-	(16.642)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(29.873)	(12.578)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do semestre		127.205	161.579
No fim do semestre		97.332	149.001
		(29.873)	(12.578)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cetelem S.A. ("Banco" ou "Cetelem") é um Banco de origem Francesa especializado no crédito à pessoa física e presente em mais de 70 países. O Cetelem é integrante do conglomerado prudencial BNP Paribas e tem sede domiciliada na cidade de Barueri, estado de São Paulo. O Cetelem é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio, crédito, financiamento e investimento. Atualmente, porções significativas das captações e aplicações de recursos são realizadas junto a partes relacionadas, conforme mencionado nas notas explicativas 11 e 13.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN sob a lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Desta forma o Banco, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo CMN, quais sejam:

- a) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologada pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- l) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- m) CPC 41 - Resultado por Ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- n) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração para divulgação e apresentação em 16 de agosto de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial.
- b) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.910/21, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo.
- c) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- d) **Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 podendo ser classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias: ➤ Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período. ➤ Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes para o valor justo são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, sendo reconhecidos no resultado do período quando efetivamente realizados através da venda definitiva ou liquidação dos respectivos títulos. ➤ Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado. O Banco não possuía títulos classificados nesta categoria em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os critérios para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários são calculados com base: ➤ No valor divulgado pela Anbima relativo aos títulos com preços de negociação divulgados ao mercado ou representado por valor justo determinado com base em modelo de precificação pelo Fluxo de Caixa futuro trazido a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas pela B3 SA Brasil Bolsa Balcão, agentes de mercado ou outros modelos desenvolvidos pelo Banco. ➤ Instrumentos Financeiros Derivativos - Os ativos e passivos objetos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.
- e) **Operações de Crédito:** As operações são registradas inicialmente aos seus respectivos valores de aplicação, equivalentes aos desembolsos na data de contratação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, apurados com base nas taxas contratadas. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nesse nível de risco até 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente, passando a serem controladas em contas de compensação, não mais figurando em conta patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando existem evidências de mudanças nas premissas anteriores. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
- f) **Cessões de Crédito:** As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, determina que os ativos financeiros sejam baixados ou não dependendo se a transação for com retenção ou sem retenção/ transferência substancial dos riscos e benefícios.
- g) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (aplicável para operações superiores a 50 mil) o risco mínimo e H a perda. Para as operações de empréstimo consignado, com prazo superior a 36 meses o Banco utiliza a prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em estimativa da Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e é considerada suficiente pela Administração.
- h) **Bens não de uso:** Bens recebidos em dação em pagamento para os quais foram apreendidos, retomados ou devolvidos bens de cliente inadimplente, tendo por base o valor da dívida ou do bem, dos dois, o menor.
- i) **Despesas antecipadas:** Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas de origemação de operações de crédito, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais. Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo. As demais despesas antecipadas, que não sejam decorrentes da origemação de contratos, referem-se à destinação de recursos em pagamentos antecipados e são amortizadas em função do prazo das operações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

- j) Investimentos:** A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. O Banco possui Ajuste de Avaliação Patrimonial registrado em seu Patrimônio Líquido decorrente do investimento em Controlada.
- k) Ativo Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo valor de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e utensílios, sistema de comunicação - 10% e equipamentos de processamento de dados e veículos - 20%.
- l) Ativo Intangível:** O ativo intangível é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos com aquisição de logiciais são amortizados em 5 (cinco) anos ou proporcionalmente ao prazo de utilização ou de geração de benefício econômico.
- m) Ajuste ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** Em relação à redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"), será reconhecida uma perda por "impairment" se o valor residual de um ativo ou se sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada.
- n) Passivo circulante e não circulante:** O passivo circulante e não circulante representam os valores conhecidos na data do balanço, incluindo encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.
- o) Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social era calculada à alíquota de 15% em 2019. A partir de março de 2020, a alíquota da contribuição social passou de 15% para 20% (alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 103/19), e conforme disposto na Medida Provisória nº 1.115/22, para o período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 2022, a alíquota da contribuição social passará de 20% para 21%, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2023. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa acumuladas. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. Todos são registrados pelas alíquotas que se espera que sejam realizados/compensados, sendo assim, em junho de 2022, com o advento da MP nº 1.115/22, o ativo de crédito tributário diferido foi reconhecido conforme sua expectativa de realização, ou seja, aqueles cuja realização é esperada entre agosto e dezembro de 2022, teve o registro do crédito tributário ou passivo diferido reconhecido considerando as alíquotas de 25% e 21% (Imposto de Renda e Contribuição Social respectivamente), e os com realização prevista após esta data, foram reconhecidos considerando a alíquota de 20% para contribuição social. A Lei nº 9.430, em seu artigo 9º e as alterações previstas na lei 13.097/15 (conversão da MP 656 de 2014), determinam as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. As provisões para perdas com operações de crédito são registradas de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Desta forma, a parcela de provisão constituída pelas regras societárias que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada ao cálculo dos tributos citados. O provisionamento indedutível será abatido dos resultados tributários de períodos seguintes, quando passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão. Diante da temporariedade da adição das provisões para créditos de liquidação duvidosa e passivos contingentes, e conforme disposição da Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020, o Banco registra crédito tributário correspondente ao Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre as referidas diferenças temporárias. Os Créditos Tributários provenientes de Imposto de Renda e da Contribuição Social são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado na nota explicativa nº 8(c), devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições.
- p) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** O Banco Cetelem apura a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pelo regime cumulativo. As alíquotas aplicadas são respectivamente 0,65% e 4%.
- q) Imposto sobre Serviços:** O Banco Cetelem tem sede e recolhe o Imposto Sobre Serviços (ISS) na cidade de Barueri, onde a alíquota é de 2% e 5%.
- r) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (Fiscais e Previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25 e na Carta Circular BACEN nº 3.429/10, da seguinte forma: **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)** - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.
- s) Uso de estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras do Banco exige que a Administração faça uso de estimativas e estabeleça premissas relativas, por exemplo, aos valores justos ativos e passivos financeiros, vida útil do ativo imobilizado, ativos fiscais diferidos, provisões para perdas associadas ao risco de crédito e contingências, que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.
- t) Apuração do Valor Justo:** As operações avaliadas contabilmente pelo custo amortizado são em sua grande maioria de longo prazo e/ou indexadas a taxas pré-fixadas. Os critérios utilizados para apuração do valor justo são os seguintes: • Caixa e equivalentes de caixa - Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem aos ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo. • Depósitos de clientes - Devido a suas características e curtíssimo prazo de realização, seus respectivos valores são aproximados do valor justo. • Depósitos de instituições financeiras - Referem-se basicamente a captação de recursos. O valor justo é calculado utilizando metodologia com base no valor presente aplicando taxa de desconto nas condições atuais de mercado. • Operações de crédito a clientes - As operações de crédito são pré-fixadas e são avaliadas contabilmente pelo custo amortizado. Para o cálculo do valor justo foi utilizado metodologia com base no valor presente aplicando taxa média de desconto com base nas condições atuais de mercado. Para o crédito consignado utilizada taxa de desconto considerando o prêmio ou deságio esperado verificado no histórico de vendas realizadas pelo Banco, sendo que para as demais operações foram utilizadas as taxas praticadas no final do exercício.
- u) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes foram apresentados nos quadros das notas explicativas de 17 a 20.
- v) Adequação e Implementação da Resolução CMN Nº 4.966/21:** O Banco Cetelem dispõe de medidas para assegurar sua aderência a Resolução CMN nº 4.966/21 sugerida pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e apresentada pelo remetente em junho de 2022. O plano conta com a implementação do processo de harmonização contábil com as práticas internacionais sugeridas pelo normativo. A medida apresenta vasto detalhamento sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como sobre a designação e o reconhecimento das relações de proteção (hedge) pelas instituições financeiras autorizadas pelo BACEN. Atualmente o Banco Cetelem atua com produtos de crédito direcionados as pessoas físicas e efetua aplicações financeiras com seus recursos, não sendo aplicável a contabilidade de hedge, até o momento. O impacto desta resolução sobre seus negócios estão restritos a ativos e passivos financeiros sobre as operações de crédito, provisão de risco de perda, carteira cedida, aplicações financeiras e apresentação das demonstrações financeiras, considerando também o ambiente de tecnologia e atividades relacionadas. O plano de implementação da Resolução nº 4.966/21 foi reportado ao Banco Central pelo líder do Conglomerado Prudencial - BNP Paribas, de forma a contemplar os negócios em que o Banco Cetelem atua e opera.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	30.06.2022	31.12.2021
Disponibilidades	960	1.003
Em moeda nacional	901	941
Em moeda estrangeira	59	62
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota explicativa 5)	96.372	126.202
Total de caixa e equivalentes de caixa	97.332	127.205

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	30.06.2022	31.12.2021
Lastro em Letras do Tesouro Nacional - LTN	53.223	1
Lastro em Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.149	73.056
Lastro em Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	53.145
Depósitos interfinanceiros (1)	27.000	-
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez - (nota explicativa 13 b)	96.372	126.202

(1) Aplicações em depósitos interfinanceiros junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 os resultados auferidos em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários totalizaram R\$ 6.406 e R\$ 1.792, respectivamente (nota explicativa 17).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O saldo de operações de crédito é composto, principalmente, por operações de crédito consignado a funcionários públicos e aposentados vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes e operações de empréstimos e CDC atrelados a cartão de crédito. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a carteira de operações de crédito estava composta da seguinte forma:

a) **Composição por vencimento:** As operações de crédito apresentaram o seguinte perfil por faixa de vencimento:

	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Abertura				
A Vencer:	8.561.169	97,64%	8.202.660	98,04%
Até 180 dias	2.919.255	33,29%	3.024.229	36,15%
De 181 até 360 dias	1.007.159	11,49%	1.003.327	11,99%
Acima de 360 dias	4.634.755	52,86%	4.175.104	49,90%
Vencidas:	207.353	2,36%	164.172	1,96%
Até 14 dias	9.605	0,11%	6.555	0,08%
De 15 a 60 dias	38.989	0,44%	33.955	0,41%
Vencidas há mais de 60 dias	158.759	1,81%	123.662	1,48%
Total da carteira	8.768.522	100,00%	8.366.832	100,00%

b) **Por tipo de operação e nível de risco:**

Abertura da Carteira	Classificação de Risco								30.06.2022	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	PCLD Total
Tipo de Operação de Crédito										
Empréstimos - crédito consignado	5.419.830	24.898	17.576	9.611	14.010	3.068	23.692	270.320	5.783.005	(323.270)
Empréstimos - cartão de crédito	750.817	28.610	25.369	24.170	1.777	176	1.605	116.225	948.749	(125.332)
Empréstimos - Outros	34.210	1.446	79.383	27.951	20.992	14.420	13.211	56.365	247.978	(85.679)
Financiamentos - crediário	2.738	493	43	132	54	-	31	910	4.401	(983)
Financiamentos - cartão de crédito e outros	90.526	1.425	1.167	764	34	1	49	1.400	95.366	(2.027)
Financiamentos - veículos	383	66	108	44	-	-	44	426	1.071	(471)
Outros Títulos de créditos a receber - Nota 8 a	1.635.732	19.001	10.713	7.957	471	50	319	13.709	1.687.952	(23.612)
Total da carteira em 30.06.2022	7.934.236	75.939	134.359	70.629	37.338	17.715	38.951	459.355	8.768.522	(561.374)
PCLD requerida	(39.315)	(759)	(4.031)	(7.063)	(11.201)	(8.857)	(27.266)	(459.355)	(557.847)	
PCLD adicional	-	-	-	-	-	(2)	(3.525)	-	(3.527)	
Total PCLD em 30.06.2022	(39.315)	(759)	(4.031)	(7.063)	(11.201)	(8.859)	(30.791)	(459.355)	(561.374)	

Abertura da Carteira	Classificação de Risco								31.12.2021	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	PCLD Total
Tipo de Operação de Crédito										
Empréstimos - crédito consignado	4.834.474	29.847	19.419	5.331	8.091	16.626	28.068	263.981	5.205.837	(341.032)
Empréstimos - cartão de crédito	756.042	20.049	22.648	18.434	943	1.455	1.468	79.550	900.589	(90.511)
Empréstimos - Outros	29.105	986	56.638	20.149	7.017	23.546	9.302	44.727	191.470	(71.852)
Financiamentos - crediário	5.832	904	80	69	376	205	136	3.194	10.796	(3.608)
Financiamentos - cartão de crédito e outros	100.353	1.532	1.324	766	24	24	26	1.078	105.127	(2.020)
Financiamentos - veículos	954	189	65	43	34	95	20	526	1.926	(620)
Outros Títulos de créditos a receber - Nota 8 a	1.909.161	15.811	9.403	5.379	364	328	205	10.436	1.951.087	(26.439)
Total da carteira em 31.12.2021	7.635.921	69.318	109.577	50.171	16.849	42.279	39.225	403.492	8.366.832	(536.082)
PCLD requerida	(38.177)	(693)	(3.287)	(5.017)	(5.054)	(21.140)	(27.458)	(403.492)	(504.318)	
PCLD adicional	(20.000)	-	-	-	-	-	(11.764)	-	(31.764)	
Total PCLD em 31.12.2021	(58.177)	(693)	(3.287)	(5.017)	(5.054)	(21.140)	(39.221)	(403.492)	(536.082)	

c) **Por ramo de atividade:**

Classificação	30.06.2022	31.12.2021
Setor Privado:	Valor	Valor
Pessoas físicas	8.768.522	8.366.832
Total da carteira	8.768.522	8.366.832

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

d) Maiores devedores: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a concentração dos principais devedores era a seguinte:

Classificação	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
10 maiores devedores	1.803	0,02%	2.063	0,03%
50 seguintes maiores devedores	7.980	0,09%	8.479	0,10%
100 seguintes maiores devedores	14.720	0,17%	15.423	0,18%
Demais devedores	8.744.018	99,72%	8.340.867	99,69%
Total da carteira	8.768.522	100,00%	8.366.832	100,00%

e) Cessão de direitos creditórios sem retenção substancial de riscos e benefícios: No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram firmados novos contratos de cessão sem retenção substancial de risco e benefício nos termos da Resolução Bacen nº 3.533/08. O montante total cedido no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 107.796 (R\$ 561.259 em 2021) e o prejuízo auferido nas operações de vendas e transferências de ativos financeiros foi de R\$ (15.502) (lucro de R\$ 17.860 em 2021) - nota explicativa 17. Como parte de sua estratégia para recuperação de sua carteira de crédito, crescimento dos negócios e com o propósito de reduzir os impactos da pandemia oriunda do COVID-19, o Banco Cetelem iniciou no segundo semestre de 2021 operações de cessão de direitos creditórios sem retenção substancial de riscos e benefícios, na figura de cessionário, adquirindo no período o montante de R\$ 185.053 de carteira de crédito com um prêmio de cessão no montante de R\$ (25.097). No semestre de 2022 deu continuidade as operações e foram adquiridas o montante de R\$ 998.502 em carteira de crédito com um prêmio de cessão no total de R\$ (162.606). As ações mencionadas estão em linha com o planejamento do Banco Cetelem para o exercício de 2022.

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	(536.604)
Constituição líquida de reversão	(221.922)
Valores baixados para prejuízo	239.826
Saldos em 30 de junho de 2021	(518.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(536.082)
Constituição líquida de reversão	(222.105)
Valores baixados para prejuízo	196.813
Saldos em 30 de junho de 2022	(561.374)

Em junho de 2022, o estoque de provisão reflete as perdas esperadas da instituição aplicando as diretrizes estabelecidas pela norma IFRS9. O objetivo da norma é refletir da melhor forma no resultado a deterioração previsível de uma parte da carteira sem esperar que as perdas relativas à deterioração se concretizem. O saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 6,40% (6,41% em 2021). Essa oscilação respeita os níveis mínimos de provisionamento instaurados pela Resolução 2.682, a adoção desse modelo está em aderência à Resolução 4.557/17 (Capítulo III, Seção IV, Art. 23º do Banco Central do Brasil e pelas cessões de crédito consignado que ocorreram ao longo do período (nota explicativa 6e). O estoque de operações de crédito baixados e controlados em conta de compensação correspondeu a R\$ 1.976.492 (R\$ 1.882.171 em 31 de dezembro de 2021). Foram recuperados créditos anteriormente reconhecidos como prejuízo, no montante de R\$ 8.538 (R\$ 13.076 em 2021) - nota explicativa 17. As operações originadas em renegociação representaram o montante de R\$ 1.194.220 (R\$ 5.474.180 em 31 de dezembro 2021) do valor contábil da carteira de crédito. No semestre foram cedidos créditos, sem coobrigação, que se encontravam 100% provisionados (rating "H") e que representam o montante de R\$ 92.973 (R\$ 166.701 em 31 de dezembro de 2021).

8. OUTROS CRÉDITOS

a) Composição

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativos fiscais correntes e diferidos						
Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários	-	526.490	526.490	-	486.146	486.146
Ativos fiscais correntes	-	91.974	91.974	-	134.604	134.604
Total - Ativos fiscais correntes e diferidos	-	618.464	618.464	-	620.750	620.750
Diversos - financeiros						
Títulos e créditos a receber (1)	1.676.640	11.310	1.687.950	1.931.292	19.795	1.951.087
Devedores por depósitos em garantia (Nota 8 b)	65.956	30.624	96.580	58.428	26.484	84.912
Devedores diversos - País (2)	67.840	-	67.840	66.670	-	66.670
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 13 b)	15.892	-	15.892	8.609	-	8.609
Pagamentos a ressarcir	6.581	-	6.581	14.080	-	14.080
Prêmio de Cessão (3)	55.441	122.436	177.877	7.942	17.155	25.097
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(23.452)	(160)	(23.612)	(26.217)	(221)	(26.438)
Total - Diversos - financeiros	1.864.898	164.210	2.029.108	2.060.804	63.213	2.124.017
Diversos - não financeiros						
Antecipação de portabilidade (4)	634	-	634	1.689	-	1.689
Adiantamento e antecipações salariais	1.754	-	1.754	310	-	310
Adiantamentos diversos	41	-	41	52	-	52
Total - Diversos - não financeiros	2.429	-	2.429	2.051	-	2.051
Total - Diversos	1.867.327	164.210	2.031.537	2.062.855	63.213	2.126.068
Total de Outros Créditos	1.867.327	782.674	2.650.001	2.062.855	683.963	2.746.818

(1) Referem-se aos valores das compras efetuadas pelos titulares de cartão de crédito. As faturas não liquidadas integralmente no vencimento são transferidas para a conta "Empréstimo - cartão de crédito" na rubrica "Operações de crédito". As principais informações dessa conta estão apresentadas em conjunto com a rubrica "Operações de crédito" - nota explicativa 6 b;

(2) Referem-se, basicamente, aos valores a receber de bancos conveniados relativos a parcelas mensais de financiamentos no cartão de crédito e outros pagamentos;

(3) Referem-se a valores pagos na aquisição de carteira de crédito ocasionados por diferença entre as taxas da operação e da cessão;

(4) Referem-se às operações de crédito adquiridas através de portabilidade (transferência de operações de créditos entre instituições financeiras).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

b) Movimentação dos Depósitos Judiciais: A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada da seguinte forma:

Movimentação	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.031	23.345	37.945	88.321
Constituição por pagamento	-	5.654	21.070	26.724
Recuperação - Valor residual de decisão judicial	-	(466)	(1.514)	(1.980)
Atualização monetária (Nota 19 f)	163	153	251	567
Baixa por utilização no encerramento de causas (Nota 19 g)	-	(8.584)	(17.268)	(25.852)
Saldo em 30 de junho de 2021	27.194	20.132	40.484	87.810
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Nota 8 a)	27.577	16.986	40.349	84.912
Constituição por pagamento	-	5.184	45.306	50.490
Recuperação - Valor residual de decisão judicial	-	(822)	(1.859)	(2.681)
Atualização monetária (Nota 19 f)	737	496	1.145	2.378
Baixa por utilização no encerramento de causas (Nota 19 g)	-	(2.712)	(35.807)	(38.519)
Saldo em 30 de junho de 2022 (Nota 8 a)	28.314	19.132	49.134	96.580

c) Tributos diferidos: O saldo da provisão ativa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "Outros Créditos - Ativos fiscais diferidos" apresentaram-se com a seguinte composição:

	Saldo Inicial			Saldo Final
	31.12.2021	Constituição	Realização	30.06.2022
Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias				
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	54.166	3.077	(11.840)	45.403
Provisão para bônus	4.660	392	-	5.052
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	136.560	34.185	(35.150)	135.595
Outras provisões (1)	44.608	223	(13.598)	31.233
Prejuízo Fiscal	30.087	44.693	-	74.780
Total	270.081	82.570	(60.588)	292.063
	Saldo Inicial			Saldo Final
	31.12.2021	Constituição	Realização	30.06.2022
Contribuição Social				
Diferenças Temporárias				
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	43.333	2.461	(9.472)	36.322
Provisão para bônus	3.728	313	-	4.041
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	109.248	27.997	(28.120)	109.125
Outras provisões (1)	35.686	306	(10.878)	25.114
Base negativa CSLL	24.070	35.755	-	59.825
Total	216.065	66.832	(48.470)	234.427
Total do Ativo diferido em junho de 2022	486.146	149.402	(109.058)	526.490
Total do Ativo diferido em dezembro de 2021	372.785	240.049	(126.688)	486.146

(1) Saldo de outras provisões composto por provisões adicionais associadas ao risco, faturas no exterior e outros fornecedores. Os quadros abaixo demonstraram a realização do saldo de créditos tributários em 30 de junho de 2022, das diferenças temporárias ao longo dos próximos 10 (dez) anos, comparativamente com o valor presente calculado com base nas taxas referenciais divulgadas pela B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.

Período	30.06.2022					
	Realização do crédito de Prejuízo Fiscal		Realização do crédito de Base Negativa		Total	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
2022	-	-	-	-	-	-
2023	-	-	-	-	-	-
2024	617	461	494	368	1.111	829
2025	7.501	4.992	6.001	3.993	13.502	8.985
2026	18.089	10.703	14.471	8.562	32.560	19.265
até 2030	48.573	21.897	38.859	17.518	87.432	39.415
Total	74.780	38.053	59.825	30.441	134.605	68.494

Período	30.06.2022					
	Realização do crédito de Imposto de renda		Realização do crédito de Contribuição social		Total	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
2022	23.282	21.859	19.401	18.215	42.683	40.074
2023	69.235	57.608	55.389	46.086	124.624	103.694
2024	84.090	62.767	67.272	50.214	151.362	112.981
2025	32.340	21.521	25.872	17.217	58.212	38.738
2026	2.084	1.233	1.667	986	3.751	2.219
até 2029	6.252	2.916	5.001	2.333	11.253	5.249
Total	217.283	167.904	174.602	135.051	391.885	302.955

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

9. OUTROS VALORES E BENS - DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, sobretudo, às despesas com custo de originação de operações de crédito, amortizadas em função do prazo das respectivas operações.

Descrição	30.06.2022			31.12.2021		
	Valor			Valor		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Custos com Originação de Operações de Crédito (1)	48.070	104.263	152.333	50.471	118.421	168.892
Comissões - Parceiros Comerciais (2)	2.056	19.090	21.146	7.394	13.824	21.218
Outras	3.996	4.642	8.638	4.888	3.158	8.046
Total	54.122	127.995	182.117	62.753	135.403	198.156

(1) Referem-se substancialmente a ressarcimento de custos operacionais relacionados à portabilidade de crédito.

(2) Em virtude do distrato firmado no primeiro semestre de 2022, o Banco constituiu provisão em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$32.207 referente a despesa antecipada gerada pelo direito de exclusividade de ofertar produtos e serviços financeiros nos canais digitais do parceiro. Em 30 de junho de 2022, o Banco reconheceu a despesa revertendo a provisão efetuada no exercício anterior - nota explicativa 19g.

Devido ao mesmo distrato as partes decidiram de comum acordo cessar os direitos e obrigações anteriormente pactuadas, ficando o Banco responsável pelo pagamento no montante de R\$ (7.131) referente ao valor a receber apurado da parceria em R\$ 7.318 em despesas com programas de milhagens de R\$ (14.449) - nota explicativa 19g.

10. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Investimentos: CERTA - Central de Registros de Títulos e Ativos S.A. - Em agosto de 2018, o Banco Cetelem investiu em ações ordinárias, nominativas e representativas do capital social da companhia CERTA, sendo o capital integralizado em 30 de junho de 2022 de R\$ 370. **BGN Mercantil e Serviços LTDA.** - O Banco Cetelem mantém capital integralizado de R\$ 57.388 em 30 de junho de 2022, dividido em 57.388.030 (cinquenta e sete milhões, trezentos e oitenta e oito mil e trinta) cotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

Descrição	% Participação	Semestre findo	Exercício findo
		em 30.06.2022	em 31.12.2021
		Valor	Valor
BGN Mercantil e Serviços Ltda.		122.320	120.080
Participação Societária	99,99	120.701	116.331
Resultado de Participações em Controlada		3.669	4.370
Ajuste de avaliação patrimonial de título disponível para venda		(2.050)	(621)
Resultado de Participações em Controlada - Exercícios Anteriores		63.314	58.944
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.		182	284
Participação Societária	4,56	285	546
Resultado de Participações em Coligada		(103)	(262)
Resultado de Participações em Coligada - Exercícios Anteriores		(1.029)	(768)
Outros Investimentos		59	157
Total		122.561	120.521

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial nos semestres de 2022 e de 2021 foram de R\$ (1.429) e R\$ (1.058), respectivamente.

b) Imobilizado

Classificação	Depreciação	30.06.2022		31.12.2021	
		(%)	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Sistema de processamento de dados		20	55.339	(43.116)	12.223
Instalações		10	3.538	(2.273)	1.265
Sistema de segurança		20	3.172	(312)	2.860
Móveis e equipamentos de uso		10	2.011	(1.403)	608
Benfeitorias em Imóveis de terceiros		20	1.014	(996)	18
Total			65.074	(48.100)	16.974

c) Intangível

Classificação	Amortização	30.06.2022		31.12.2021	
		(%)	Custo	Valor líquido	Valor líquido
Outros ativos intangíveis		20	137.819	(93.412)	44.407
Total			137.819	(93.412)	44.407

Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

11. DEPÓSITOS

a) Composição dos Depósitos

Modalidade	30.06.2022					31.12.2021	
	Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 à 180 dias	De 181 à 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósito Interfinanceiro (1)	-	500.039	1.530.557	1.055.514	3.452.476	6.538.586	5.935.695
Depósito a prazo (2)	-	-	-	646	28.867	29.513	12.453
Depósito à vista (3)	32.213	-	-	-	-	32.213	32.703
Total	32.213	500.039	1.530.557	1.056.160	3.481.343	6.600.312	5.980.851

(1) Depósitos interfinanceiros junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A.

(2) Depósitos a prazo com partes relacionadas o montante de R\$ 29.513 (R\$ 12.453 em 31 de dezembro de 2021) - nota explicativa 13 b.

(3) Depósitos à vista com partes relacionadas o montante de R\$ 1.659 (R\$ 1.688 em 31 de dezembro de 2021) - nota explicativa 13 b.

b) Concentração dos Depósitos

Descrição	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
10 maiores depositantes	6.569.793	100%	5.980.791	100%
Seguintes maiores depositantes	30.519	0%	60	0%
Total	6.600.312	100%	5.980.851	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

Conforme detalhado na nota explicativa 13b, as partes relacionadas representaram parte substancial do total de depositantes em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 as despesas com captação totalizaram R\$ 278.913 e 122.378, respectivamente. As taxas praticadas variaram entre 4,31% e 16,55% a.a. em 2022 (2,48% e 12,14% a.a. em 2021).

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

Descrição	30.06.2022			31.12.2021		
	Valor			Valor		
	Curto prazo	Não circulante	Total	Curto prazo	Não circulante	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos (1)	-	6.177	6.177	-	5.845	5.845
Contribuição para o COFINS	3.809	-	3.809	4.066	-	4.066
Impostos e contribuições sobre salários	2.166	-	2.166	2.854	-	2.854
Programa de Integração Social - PIS	619	-	619	661	-	661
Impostos e contribuições serviços de terceiros	912	-	912	1.150	-	1.150
Imposto Sobre Serviços - ISS	565	-	565	534	-	534
Outros	486	-	486	1.043	-	1.043
Total	8.557	6.177	14.734	10.308	5.845	16.153

(1) A provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos está relacionada à exclusão temporária referente à receita de atualização monetária dos depósitos judiciais do Banco Cetelem.

b) Provisões e Diversas

Provisões	30.06.2022			31.12.2021		
	Valor			Valor		
	Curto prazo	Não circulante	Total	Curto prazo	Não circulante	Total
Provisão para ações judiciais (1) - Nota 14 b	21.711	161.677	183.388	29.719	191.187	220.906
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	71.051	-	71.051	86.038	-	86.038
Provisão para despesas de pessoal	29.918	-	29.918	25.301	-	25.301
Provisão para contingências fiscais - Nota 14 b	-	33.339	33.339	-	30.084	30.084
Outras provisões	1.169	-	1.169	412	-	412
Total	123.849	195.016	318.865	141.470	221.271	362.741
Diversas	Curto prazo	Não circulante	Total	Curto prazo	Não circulante	Total
Credores diversos - País (3)	1.010.549	33.785	1.044.334	996.083	33.780	1.029.863
Valores a pagar a sociedades ligadas - Nota 13 b	22.634	-	22.634	30.999	-	30.999
Cobrança e arrecadação de tributos	1.019	-	1.019	938	-	938
Total	1.034.202	33.785	1.067.987	1.028.020	33.780	1.061.800
Total de provisões e diversas	1.158.051	228.801	1.386.852	1.169.490	255.051	1.424.541

(1) Em 30 de junho de 2022, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordem cível, cujas características são de ordem indenizatória movidas por clientes e processos judiciais trabalhistas. A administração acredita manter registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos desses processos (nota explicativa 14 b);

(2) Referem-se, basicamente, às contas a pagar relativas à prestação de serviços e outras despesas administrativas;

(3) Referem-se, principalmente, aos valores a serem liberados aos estabelecimentos conveniados, por conta de compras efetuadas pelos clientes com os cartões de crédito, as quais se encontram vinculadas às operações de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco.

c) Relações Interfinanceiras

Descrição	30.06.2022	31.12.2021
	Valor	Valor
Recebimentos e pagamentos a liquidar	370.643	384.220
Total	370.643	384.220

Referem-se, principalmente a valores a serem repassados às Bandeiras de cartão de crédito, em virtude de compras efetuadas pelos clientes com os cartões de crédito, as quais se encontram vinculadas às operações de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração: O Banco é administrado por uma Diretoria na forma de lei e de seu Estatuto Social. De acordo com o estatuto, a sociedade terá um comitê de remuneração, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, nomeados e distribuídos pela diretoria, devendo pelo menos um deles não ser integrante da administração da sociedade. Os membros eleitos para o comitê de remuneração terão mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 9 (nove) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável. Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos órgãos da administração da sociedade e do corpo de funcionários, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo. Os membros do comitê de remuneração integrantes da diretoria da sociedade não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem cargos na diretoria da sociedade. Os demais membros não integrantes da diretoria serão remunerados na forma e no montante definidos previamente pela diretoria. A remuneração atribuída aos Diretores estatutários do Banco Cetelem para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 foram de, respectivamente, R\$ 4.046 e R\$ 3.572, os quais representam benefícios de curto prazo. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações.

b) Transações com Partes Relacionadas: Os Depósitos à Vista, Depósitos Interfinanceiros, Depósitos a Prazo e as Outras Despesas Administrativas referentes a serviços técnicos especializados e demais transações entre partes relacionadas são efetuados em condições e taxas contratadas entre as partes. Os saldos e transações são demonstrados como segue:

Partes Relacionadas	Nota Explicativa	Semestre		Exercício	
		30.06.2022		31.12.2021	
		Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
Disponibilidade em moeda estrangeira		59	-	62	-
Banco BNP Paribas N.Y. S.A. (1)	4	59	-	62	-
Aplicações em operações compromissadas		96.372	6.406	126.202	6.039
Banco BNP Paribas S.A. (1)	5	96.372	6.406	126.202	6.039
Outros ativos		15.892	20.979	8.609	28.903
Cardif do Brasil S.A. (1)	8 a) e 19 a)	14.909	20.979	7.918	28.903
Cetelem Serviços Ltda (1)	8 a)	340	-	66	-
BGN Mercantil e Serviços Ltda. (3)	8 a)	643	-	625	-
Total de ativos e receitas		112.323	27.385	134.873	34.942

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

		Semestre		Exercício	
		30.06.2022		31.12.2021	
		Passivos	(Despesas)	Passivos	(Despesas)
Depósitos de instituições financeiras	11 e 18	6.538.586	(277.693)	5.935.695	(290.275)
Banco BNP Paribas S.A. (1)		6.538.586	(277.693)	5.935.695	(290.275)
Depósitos à vista	11	1.659	-	1.688	-
Cetelem Serviços Ltda. (1)		5	-	5	-
Cetelem América S.A. (2)		-	-	29	-
BGN Mercantil e Serviços Ltda. (3)		1.654	-	1.654	-
Depósitos a prazo		29.513	1.204	12.447	2.108
Cetelem América S.A. (2)	11 e 18	3.069	160	2.990	128
Cetelem Serviços Ltda. (1)	11 e 18	22.508	880	6.268	1.907
BGN Mercantil e Serviços Ltda. (3)	11 e 18	3.936	164	3.189	73
Outros passivos		22.633	(20.040)	30.999	(61.184)
Banco BNP Paribas S.A. (1)	19 g)	-	-	-	(2.042)
Cardif do Brasil S.A. (1)	11 b)	3.242	-	5.000	-
Arval Brasil Ltda (1)	19 d)	-	-	-	-
Cetelem Serviços Ltda. (1)	12 b) e 19 d)	48	(12.597)	45	(26.542)
BGN Mercantil e Serviços Ltda. (3)	12 b) e 19 d)	342	(877)	1.076	(1.832)
Cetelem França (1)	12 b) e 19 d)	19.001	(6.566)	24.878	(30.768)
Total de passivos e despesas		6.592.392	(296.529)	5.980.829	(349.351)

(1) - Parte relacionada; (2) - Controladora; (3) - Controlada.

Os depósitos interfinanceiros com partes relacionadas foram remunerados às taxas que variaram entre 4,31% e 16,55% a.a em 2022.

14. PROVISÕES PARA ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes: Em 30 de junho de 2022 e de 2021 o Banco não possuía ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões para Riscos

Descrição	30.06.2022	31.12.2021
	Valor	Valor
Cíveis - Nota 12 b)	157.218	184.056
Trabalhistas - Nota 12 b)	26.170	36.850
Fiscais - Nota 12 b)	33.339	30.084
Total	216.727	250.990

c) Movimentação das Provisões

Descrição	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Saldo
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	23.829	13.440	156.423	193.692			
Constituição líquida de reversão - Nota 19 g)	3.079	2.277	29.412	34.768			
Despesas de atualização monetária - Nota 19 g)	140	-	-	140			
Saldo em 30 de Junho de 2021	27.048	15.717	185.835	228.600			
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	30.084	36.850	184.056	250.990			
Constituição líquida de reversão - Nota 19 g)	2.622	(10.680)	(26.838)	(34.896)			
Despesas de atualização monetária - Nota 19 g)	633	-	-	633			
Saldo em 30 de Junho de 2022	33.339	26.170	157.218	216.727			

Trabalhistas: São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. São reconhecidas contabilmente de acordo com o histórico de perdas das causas, para as quais existe provisão de R\$ 26.170 (R\$ 36.850 em 2021) - nota explicativa 14 b). O cálculo de provisionamento é constituído de acordo com a análise da probabilidade de perda das contingências trabalhistas conforme princípios contábeis, geralmente aceitos pelo comitê de pronunciamentos contábeis e Banco Central do Brasil. As contingências trabalhistas são classificadas de acordo com o CPC 25 em que contingências prováveis são constituídas provisão; possíveis, são apenas divulgados os saldos em notas explicativas sem a provisão; e remotas, na qual não se realiza provisão e divulgação. A classificação das provisões é realizada através de análises jurídicas. **Cíveis:** Referem-se às ações indenizatórias de danos morais e materiais. São reconhecidas contabilmente de acordo com o histórico de perdas das causas, para os quais existe provisão de R\$ 157.218 (R\$ 184.056 em 2021) - nota explicativa 14 b). O Banco Cetelem revisou e aperfeiçoou o seu modelo de provisionamento das causas cíveis com base em seus índices de perdas, ticket médio por safra e avaliou as performances médias do ano de 2021. A base de dados está personalizada em categorias: empréstimo consignado, cartão consignado e cartão de crédito varejo. As informações disponíveis de forma analítica para o cálculo do provisionamento podem ser atualizadas com maior acuracidade e frequência, com isso há um melhor gerenciamento e controle deste modelo. Desta forma as contingências cíveis são classificadas de acordo com o CPC 25, levando em consideração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço; as estimativas do desfecho e do efeito financeiro determinados pelo julgamento da administração da entidade; e complementado pela experiência de transações semelhantes. **Fiscais:** Referem-se principalmente aos eventos abaixo: ➤ PIS/COFINS - As principais teses em discussão são relativas a mandados de segurança cujo foco é a inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 (composição da base de cálculo). O saldo da provisão em 30 de junho de 2022 representa R\$ 24.733 (R\$ 24.100 em 31 de dezembro de 2021), atualizado pela SELIC; ➤ INSS Auto de infração lavrado em 05 de junho de 2012, para cobrança da Contribuição Previdenciária (empresa) incidente sobre os valores pagos aos contribuintes individuais (exercício de 2009). O saldo da provisão em 30 de junho de 2022 é de R\$ 203 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2021), e representa a parte do auto de infração considerada como perda provável; ➤ ISS - Valores provisionados considerando as alterações da Lei Complementar nº 175/20. O saldo de provisão em 30 de junho de 2022 é de R\$ 8.402; ➤ Contingências de Tributos Federais - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o CETELEM para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referente à: 1. Amortização do Ágio referente à aquisição do Banco BGN - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o CETELEM no valor total de R\$ 54.853 para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2010 sob o argumento de que o ágio referente à aquisição do Banco BGN, amortizado contabilmente, não poderia ser deduzido pelo CETELEM para fins fiscais. Este auto de infração foi devidamente impugnado pela empresa. Esta causa está classificada como perda possível; 2. Dedutibilidade de despesas incorridas e o reflexo na compensação de prejuízos fiscais - Sob o mesmo argumento do auto de infração de 2010, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração referente à amortização do ágio em 2011 e 2012, discussão de algumas despesas operacionais (em 2011) e o reflexo de compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (de 2012 a 2015), no valor total de R\$ 142.851 (valor já desconsiderando a parcela do auto de infração cancelada por decisão favorável). Este auto de infração foi devidamente impugnado pela empresa, e após decisão favorável na esfera administrativa, à parcela do auto de infração referente à dedução de despesas operacionais de 2013-2014 foi cancelada. Esta causa está classificada como risco de perda possível; 3. Amortização do Ágio Submarino Finance - Referente aos anos de 2013 e 2014, a CETELEM foi autuada, no valor total de R\$ 176.123, por conta das discussões quanto à amortização do ágio de aquisição do Banco BGN, dedução de algumas despesas operacionais e a dedutibilidade fiscal do ágio na aquisição da Submarino Finance. Este auto de infração foi devidamente impugnado pela empresa, e após decisão favorável na esfera administrativa, à parcela do auto de infração referente à dedução de despesas operacionais de 2013-2014 foi cancelada. Esta causa está classificada como risco de perda possível; 4. Dedutibilidade de despesas incorridas em 2015 - em 2020 o Banco foi autuado em R\$ 162.958, quanto à dedutibilidade fiscal da amortização do ágio de aquisição do Banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

BGN, e do ágio na aquisição da Submarino Finance. Houve ainda a glosa de algumas despesas operacionais e a cobrança referente ao cálculo de CSLL realizado à época. Este auto de infração foi devidamente impugnado pela empresa. Esta causa está classificada como risco de perda possível. 5. Questionamentos quanto a dedutibilidade de despesas incorridas em 2016 - em 2021 o Banco foi autuado em R\$ 172.497, quanto à dedutibilidade fiscal da amortização do ágio de aquisição do Banco BGN, e do ágio no investimento da Submarino Finance. Houve ainda a glosa de algumas despesas operacionais, exclusão de perdas no recebimento de créditos, e a cobrança referente a compensação de prejuízo fiscal da base de apuração de 2017. Este auto de infração foi devidamente impugnado pela empresa. Esta causa está classificada como risco de perda possível. 6. Ano base 2017 - em 2022 o Banco foi autuado em R\$ 342.601, quanto à dedutibilidade fiscal da amortização do ágio de aquisição do Banco BGN, do ágio no investimento da Submarino Finance, e também, quanto a algumas despesas operacionais que foram glosadas por parte da fiscalização. Este auto de infração foi devidamente impugnado pela empresa. Esta causa está classificada como risco de perda possível. ➤ Contingência PIS/ COFINS - em 2022, a Receita Federal emitiu auto de infração contra o Banco, no valor de R\$ 2.137 referente as contribuições e declarações acessórias do ano de 2017. Este auto de infração foi devidamente impugnado pela empresa. Esta causa está classificada como risco de perda possível. ➤ Contingência ISS - Barueri - A Prefeitura de Barueri emitiu notificação de cobrança contra o CETELEM, no valor de R\$ 600, para exigir o ISS de set/2016 a dez/2017, em virtude da decisão (de 2020) do STF - Supremo Tribunal Federal na ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 189, no qual considerou inconstitucional a legislação de Barueri que permitia a dedução de tributos federais da base de cálculo do imposto municipal. Esta cobrança está sendo discutida judicialmente e está classificada como risco de perda possível.

15. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	30.06.2022	31.12.2021
Descrição	Valor	Valor
Rendas a apropriar	7.679	9.360
Total	7.679	9.360

Referem-se substancialmente a receitas sobre pré-pagamentos em operações de cartão de crédito, oriundas de intermediação financeira do repasse de compras parceladas. As receitas são apropriadas de acordo com o prazo médio de amortização da Carteira de Crédito.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social integralizado, em 30 de junho de 2022 e 2021, está dividido em 905.165.792 de ações ordinárias sem valor nominal. Os prejuízos e lucros líquidos básicos por ação dos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 representam R\$ (0,06) e R\$ (0,04), respectivamente. Na conta reserva de capital são constituídos valores que não transitam no resultado, por não fazerem parte da entrega operacional do Banco. São contribuições feitas pelos acionistas e que está diretamente relacionada a formação do capital social.

b) Destinação do Resultado: Do Lucro Líquido apurado no final de cada semestre, 5% são destinados para a constituição da reserva legal até atingir 20% do Capital Social. Na conta de reserva de lucros são registrados os valores correspondentes ao lucro (prejuízo) do semestre após a constituição da reserva legal, se aplicável. Em 30 de junho de 2022 e 2021 foram utilizados os recursos da reservas de lucros para fazer face aos prejuízos apurados nos respectivos semestres. Conforme definido no Estatuto Social do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% sobre o Lucro Líquido do exercício ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No primeiro semestre de 2021, foram pagos R\$ 16.642 a títulos de dividendos referente a exercícios anteriores isso representa o valor de R\$ 0,018 diluído por ação.

c) Acordo da Basiléia: As instituições financeiras devem manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Desde 31 de março de 2009, o Banco está apurando os limites de forma consolidada através do líder do conglomerado, Banco BNP Paribas Brasil S.A.

17. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	Semestre 30.06.2022	Semestre 30.06.2021
Recorrente	Valor	Valor
Empréstimos	660.451	575.073
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 7)	8.538	13.076
Financiamentos	9.613	10.107
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.406	1.792
Total Recorrente	685.008	600.048
Não Recorrente	Valor	Valor
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (1)	(15.502)	17.860
Total Não Recorrente	(15.502)	17.860
Total	669.506	617.908

(1) Resultado de cessões de direitos creditórios realizadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 no montante de R\$ (15.502) (R\$ 17.860 em 2021).

18. DESPESAS DA CAPTAÇÃO NO MERCADO

	Semestre 30.06.2022	Semestre 30.06.2021
Recorrente	Valor	Valor
Depósitos interfinanceiros (1)	(277.693)	(121.610)
Depósitos a prazo	(1.191)	(705)
Fundo Garantidor de Créditos	(29)	(63)
Total Recorrente	(278.913)	(122.378)

(1) Os depósitos interfinanceiros são integralmente com a parte relacionada Banco BNP Paribas S.A. conforme nota explicativa 13 b.

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviço

	Semestre 30.06.2022	Semestre 30.06.2021
Recorrente	Valor	Valor
Tarifa de intercâmbio - Cartão de Crédito (1)	34.652	31.143
Comissões (2)	26.825	14.998
Retenção lojistas - Cartão de Crédito	7.257	8.310
Intermediação - FIDC (3)	5.836	5.899
Total Recorrente	74.570	60.350

(1) Referem-se substancialmente a transações das operações geradas com bandeira de cartão de crédito.

(2) Referem-se em sua maioria às comissões recebidas por contratos de seguros correspondentes à parte relacionada, o montante de R\$ 20.979, R\$ 10.666 e R\$ 28.903 em 30 de junho de 2022 e de 2021 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente - nota explicativa 13 b.

(3) Referem-se a intermediação de cessões de crédito ocorridas no semestre de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

b) Rendas com Tarifas Bancárias

	Semestre	Semestre
	30.06.2022	30.06.2021
Recorrente	Valor	Valor
Cartão de crédito básico - anuidade	44.475	43.913
Avaliação emergencial do limite de cartão	781	961
Emissão e Fornecimento de 2º via de cartão	342	499
Confecção de Cadastro	-	1
Outros	106	58
Total Recorrente	45.704	45.432

c) Despesas de Pessoal: Os resultados apurados com despesas de pessoal estão assim compostos:

	Semestre	Semestre
	30.06.2022	30.06.2021
Recorrente	Valor	Valor
Proventos e ordenados	(25.610)	(23.381)
Encargos sociais sobre folha	(9.251)	(9.862)
Benefícios para empregados	(7.527)	(7.241)
Treinamentos	(904)	(554)
Total Recorrente	(43.292)	(41.038)

d) Outras Despesas Administrativas: Os resultados apurados com outras despesas administrativas estão assim compostos:

	Semestre	Semestre
	30.06.2022	30.06.2021
Provisões/ Reversões recorrentes	Valor	Valor
Reversão/ Provisão para despesa de propaganda e publicidade	11.893	(1.305)
Total Recorrente	11.893	(1.305)
Outras despesas administrativas recorrentes	Valor	Valor
Despesas de serviços técnicos especializados (1)	(86.655)	(98.432)
Despesas de processamento de dados	(34.039)	(40.264)
Despesas com partes relacionadas (2)	(20.039)	(20.500)
Despesas de amortização e depreciação	(15.411)	(16.959)
Despesas de serviços de terceiros	(15.404)	(4.695)
Despesas de promoções e relações públicas	(9.950)	(9.488)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(6.983)	(7.517)
Consultas aos órgãos de proteção ao crédito	(6.862)	(6.947)
Despesas de comunicações	(5.172)	(5.884)
Despesas de viagens	(1.345)	(196)
Despesas de aluguéis	(991)	(1.264)
Despesas de seguros	(646)	(604)
Despesas de propaganda e publicidade	(465)	(7.394)
Despesas de transporte	(429)	(376)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(344)	(425)
Outras despesas administrativas	(10.012)	(6.157)
Total Recorrente	(214.747)	(227.102)
Total de provisões e outras despesas administrativas	(202.854)	(228.407)

(1) Refere-se substancialmente a custos de originação das operações de crédito consignado, que por meio da circular 3.738/14 o Banco Central do Brasil alterou os critérios relacionados à remuneração e diferimento das comissões pagas a correspondentes bancários, fazendo com que a partir de 02 de janeiro de 2017 essas despesas fossem impactadas pela apropriação imediata ao resultado;

(2) Refere-se às despesas de comissões com empresas do grupo (nota explicativa 13 b).

e) Despesas Tributárias

	Semestre	Semestre
	30.06.2022	30.06.2021
Recorrente	Valor	Valor
Despesa de contribuição à COFINS	(21.580)	(24.353)
Despesa de contribuição ao PIS	(3.507)	(3.957)
Despesa de ISS	(2.333)	(1.669)
Outras Despesas	(3.563)	(6.248)
Total Recorrente	(30.983)	(36.227)

f) Outras Receitas Operacionais: Os resultados apurados com outras receitas operacionais estão assim compostos:

	Semestre	Semestre
	30.06.2022	30.06.2021
Recorrente	Valor	Valor
Receitas sobre pré-pagamentos em operações de cartão de crédito	11.080	10.380
Receitas com multas por atraso	10.264	8.073
Variação monetária sobre constituição de crédito fiscal	3.144	789
Ressarcimento de custos operacionais	2.379	16.759
Variação monetária de depósitos judiciais e fiscais - Nota 8 b)	2.371	567
Recuperação de encargos e despesas	128	211
Outras	865	2.555
Total Recorrente	30.231	39.334
Não Recorrente	Valor	Valor
Recuperação de encargos e despesas (1)	-	20.197
Sign - on Bônus - Incentivo das Bandeiras	-	2.123
Total Não Recorrente	-	22.320
Total	30.231	61.654

(1) Trata-se de recuperação de valores perdidos advindos na originação de operações de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

g) Provisões e Outras Despesas Operacionais: Os resultados apurados com provisões e outras despesas operacionais estão assim compostos:

	Semestre	Semestre
	30.06.2022	30.06.2021
	Valor	Valor
Provisões/ Reversões recorrentes		
Provisão para outras despesas e perdas operacionais (1)	(10.085)	(12.125)
Reversão/Provisão para contingência fiscal, cível e trabalhista - Nota 14 c)	34.896	(35.292)
Total Recorrente	24.811	(47.417)
Provisões/ Reversões não recorrentes		
Reversão/ Provisão para despesas comerciais - Nota 9	32.207	-
Total Não Recorrente	32.207	-
Total de Provisões	57.018	(47.417)
Outras despesas operacionais recorrentes		
Perdas em ações cíveis e trabalhistas (2)	(62.485)	(43.080)
Amortização de despesas com parceiros comerciais	(34.200)	(3.136)
Amortização de custos de origemação	(22.577)	(23.780)
Convênios (3)	(16.543)	(19.314)
Descontos concedidos em renegociações	(14.408)	(11.478)
Ressarcimento de custos operacionais	(11.835)	(19.591)
Despesas na aquisição de carteira	(10.911)	-
Despesas operacionais com parceiros comerciais	(10.359)	(14.412)
Despesas de atualização monetária - contingência fiscal - Nota 14 c)	(633)	(140)
Recompras não averbadas (4)	(493)	(9.478)
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	(472)	(619)
Outras	(5.852)	(6.971)
Total Recorrente	(190.768)	(151.999)
Outras despesas operacionais não recorrentes		
Tarifa para reestruturação de operação	-	(2.042)
Total Não Recorrente	-	(2.042)
Total de outras despesas operacionais	(190.768)	(154.041)
Total de provisões e outras despesas operacionais	(133.750)	(201.458)

(1) Referem-se substancialmente a provisão para perdas com contratos de operações de crédito, cessões de crédito e portabilidades, ocasionadas em sua maioria por fraudes e ações judiciais;

(2) Referem-se substancialmente às baixas por utilização no encerramento de causas, de ordem cível e trabalhista, pagas por depósitos judiciais durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, no montante de R\$ 38.519 e 58.501, respectivamente - nota explicativa 9 b);

(3) Referem-se substancialmente a despesas operacionais relativas ao processamento do repasse do crédito consignado;

(4) Referem-se às operações de recompra de crédito consignado junto a outras instituições financeiras até a data do balanço e pendentes de averbação há mais de 60 (sessenta) e até 360 (trezentos e sessenta) dias.

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestre	Semestre
	30.06.2022	30.06.2021
	Valor	Valor
Recorrente		
Prejuízo (Lucro) na alienação de investimentos e de valores e bens	394	(311)
Total Recorrente	394	(311)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. O efeito líquido em resultado foi de crédito de Imposto de Renda em 2022 de R\$ 21.798 (R\$ 15.750 em 2021) e crédito de Contribuição Social de R\$ 18.215 (R\$ 19.018 em 2021), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

Descrição	Semestre		Semestre	
	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias no lucro	(87.926)	(87.926)	(64.903)	(64.903)
(-) Participações Estatutárias	(7.584)	(7.584)	(3.441)	(3.441)
Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social	(95.510)	(95.510)	(68.344)	(68.344)
Alíquotas vigentes	25%	20%	25%	20%
Expectativa de despesa de acordo com as alíquotas vigentes	23.877	19.103	17.086	13.669
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Outras Adições e Exclusões Líquidas	(2.971)	(2.377)	(1.709)	(1.367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	892	713	373	299
Efeito da mudança de alíquota da CSLL:				
No crédito tributário (1)	-	776	-	6.417
Efeito do imposto de renda e da contribuição social no resultado	21.798	18.215	15.750	19.018

(1) Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, em virtude da alteração da alíquota de CSLL, o ativo de crédito tributário diferido foi reconhecido considerando a expectativa de realização.

22. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade está sendo realizada por meio de "choque" de mais e menos dois pontos percentuais nas curvas de juros pós e pré uma vez que são os fatores de risco de mercado que o Grupo se expõe em seus ativos e passivos em função das variações do valor justo.

Análise de mercado	Nota Explicativa	Indexador			Cenários	
			Valor	Valor Futuro	Cenário 1	Cenário 2
					2%	-2%
Operações de Crédito a clientes	7	pré - fixado	8.768.522	10.158.964	(113.180)	117.631
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	pré - fixado	69.372	126.454	5.377	(6.282)
Depósito Interfinanceiro	12	pré - fixado	6.538.586	6.770.399	170.994	(171.397)

A administração entende que o impacto resultante de um choque na taxa básica de juros deve ser analisado de forma líquida entre ativos e passivos, ou seja, o fato dos passivos e ativos serem pré-fixados e apresentarem seus respectivos vencimentos casados consideramos que o risco de mercado calculado sobre o valor justo é residual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

23. PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As participações estatutárias referem-se às gratificações ou participações que são apuradas e subordinadas a existência do Lucro.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

> **Impactos do COVID - 19:** Tendo como propósito reduzir os impactos da pandemia oriunda do COVID-19, governos e bancos centrais do mundo todo vêm influenciando na economia de seus países adotando medidas de enfrentamento da pandemia. No Brasil, apesar de termos um cenário ainda considerado crítico, a economia brasileira já vem mostrando sinais de retomada. No entanto, o crescimento da dívida pública e a consequente inflação apresentada pelo IPCA, têm influenciado o Comitê de Política Monetária (COPOM) a acelerar o ritmo de aumento da taxa básica de juros (SELIC) de 4,25% a.a em junho de 2021 para 13,25% a.a em junho de 2022. Visando minimizar tais impactos o Banco Cetelem criou um comitê de crise formado pelos diretores executivos, recursos humanos e gestão de riscos operacionais, que reportam periodicamente ao Comitê Executivo - COMEX, as avaliações sobre a evolução do Covid-19 e seus reflexos nas operações e no bem estar dos funcionários, contudo impactos ainda foram sofridos e abaixo relatamos as principais linhas afetadas nas Demonstrações Financeiras findas em 30 de junho de 2022: • Aumento da carteira de crédito consignado em 11,9% comparado ao exercício de 2021. Observamos um aumento nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 0,7% comparado ao ano de 2021, motivada pela política de crédito mais restritiva implementada no ano anterior, bem como ações para conter o impacto da crise com o COVID19; • Não houve grandes impactos na concessão de crédito consignado, onde nosso prazo máximo manteve-se em 84 meses, porém com mudanças nos tetos de taxa de juros para o empréstimo consignado e cartão de crédito consignado foram alterados para 2,14% a.m e 3,06% a.m, respectivamente. • Observamos aumento na utilização do cartão de crédito em relação ao exercício de 2021 atribuído ao aquecimento da atividade econômica, fomentado, principalmente, pelo plano de vacinação e flexibilização de medidas de isolamento. Em relação ao portfólio existente, notamos aumento no volume de renegociação de dívidas, para os patamares semelhantes à pré-pandemia. Muito embora a evolução e final da pandemia não possa ser estimada com segurança, a administração continuará a apurar e monitorar as condições econômicas de forma a mitigar os impactos futuros relacionados à pandemia.

> **Riscos e Administração de Riscos:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros decorrentes dos negócios do Banco são: o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez, o risco de capital e o risco operacional. A administração desses riscos é um processo que abrange diversas políticas e estratégias. As políticas de administração desses riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo.

> **Risco de Crédito:** O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em empréstimos e recebíveis (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. O Banco Cetelem em conformidade com as políticas internas de gerenciamento de risco do Grupo BNP Paribas, alinhado às regulamentações de Basileia III e às normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, possui processos e ferramentas para mensurar, classificar, acompanhar e mitigar o risco de crédito. O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do portfólio e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos. A elaboração das políticas é de responsabilidade das gerências de políticas de crédito, área subordinada à diretoria de risco, com posterior validação pela área de processos, sempre com aprovação final do diretor executivo de risco de crédito e/ou do Comitê Executivo (COMEX). A revisão das políticas de crédito é realizada conforme avaliações dos cenários do planejamento estratégico da organização. A estrutura do gerenciamento do risco de crédito encontra-se disponível ao público no endereço: <https://www.cetelem.com.br/cetelem/governanca/risco-credito> Este relatório é revisado e aprovado pela Diretoria do Banco e não faz parte dessas Demonstrações Financeiras.

> **Risco de Mercado:** Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de posições detidas por uma instituição financeira, advindas da taxa de juros, moedas e índices. A estrutura do Banco Cetelem, prevê a mediação, monitoramento e controle das exposições aos riscos e que baseado em Políticas Corporativas, age tempestivamente para mitigação de risco iminente. A estrutura do gerenciamento do risco de mercado encontra-se disponível ao público no endereço: <https://www.cetelem.com.br/cetelem/governanca/risco-mercado>. Este relatório é revisado e aprovado pela Diretoria do Banco e não faz parte dessas Demonstrações Financeiras.

> **Risco de Liquidez:** Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos e passivos exigíveis - descasamentos, que possam afetar a capacidade da instituição. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a instituição de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas Corporativas que regem o tema. A estrutura do gerenciamento do Risco de Liquidez encontra-se disponível ao público no endereço: <https://www.cetelem.com.br/cetelem/governanca/risco-liquidez>. Este relatório é revisado e aprovado pela Diretoria do Banco e não faz parte dessas Demonstrações Financeiras.

> **Gerenciamento de Capital:** A estrutura de Gerenciamento de Capital em conformidade com a Resolução nº 4.557 de 23/02/2017 consiste em um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição face aos riscos que ela está sujeita, com planejamento de metas e necessidade de capital, adotando uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de Mercado. O Comitê de Monitoramento do Capital (CMC) tem a missão de auxiliar as Diretorias das entidades do Conglomerado Prudencial no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital. O CMC do Conglomerado se reúne trimestralmente sob a presidência do Diretor Presidente do BNPP, e tem como membros o Diretor Presidente do Banco Cetelem, o COO e CFO do BNPP, o CRO do Conglomerado, e o CFO do Banco Cetelem. É coordenado pela área de Finance do BNPP, entidade líder do Conglomerado. O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de Governança Corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos órgãos regulatórios. A estrutura do gerenciamento de capital abrange os impactos no capital individual das entidades e do Conglomerado Prudencial como um todo. A estrutura do Gerenciamento de Capital encontra-se disponível ao público no endereço: <https://www.cetelem.com.br/cetelem/governanca/gerenciamento-capital>. Este relatório é revisado e aprovado pela Diretoria do Banco e não faz parte dessas Demonstrações Financeiras.

> **Risco Operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O Banco Cetelem instituiu uma área dedicada e independente denominada Risco Operacional & Controles, dentro da estrutura de Risco, com políticas específicas, processos, ferramentas e controles apropriados para a gestão do risco operacional. A Diretoria da instituição é responsável pelas informações prestadas e por acompanhar as correções das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional. A Instituição mantém sua posição conservadora (método básico - BIA) quanto ao capital regulatório a ser alocado para fins de riscos operacionais, por considerar que continua sendo a mais apropriada em função do atual cenário global, do nível de atividade e segmento de atuação. A descrição da estrutura de Gerenciamento de Risco está disponibilizada através do endereço: <https://www.cetelem.com.br/cetelem/governanca/risco-operacional>. Este relatório é revisado e aprovado pela Diretoria do Banco e não faz parte dessas Demonstrações Financeiras.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco não registrou eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2022.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Em cumprimento às disposições da Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional - CMN e Resolução BCB nº 2 do BACEN, os diretores do Banco Cetelem S.A., declaram para os devidos fins, por ocasião do encerramento do semestre do ano de 2022 do Banco, com sede no Estado de São Paulo e Cidade de Barueri, na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, no bairro de Alphaville - CEP 06454-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.558.456/0001-71, que as demonstrações financeiras relativas à data-base de 30 de junho de 2022 são efetivamente reais, e fidedignas, espelhando corretamente os resultados obtidos pelo Banco no mencionado período. Nestes termos, colocamo-nos à disposição para prestação de quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A DIRETORIA

Jean Christophe Coquillard

Diretor Presidente

Rafael Bandeira de Almeida

Diretor Financeiro

CONTADORA

Kelly Cristina de Almeida Pontes

Contadora - CRC 15P326344/O-0

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL BNP PARIBAS E BANCO CETELEM - JUNHO DE 2022

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial formado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. (Banco BNP Paribas) e Banco Cetelem S.A. (Banco Cetelem), apresenta o relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2022.

Seguindo as diretrizes da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 4.910, de 27 de maio de 2021, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial BNP Paribas é composto por cinco membros, sendo três externos e independentes, um deles nomeado Presidente do Comitê.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos das Sociedades e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê foram livremente conduzidas por seus membros sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido ao livre e independente encaminhamento de suas atividades, seja pela Direção das Sociedades, seja por qualquer de seus prepostos. Adicionalmente, ambas as auditorias, interna e externa, atestaram ter executado seus trabalhos no período sem qualquer tipo de obstáculo, que receberam todas as informações em tempo e forma solicitadas, não tendo sido identificadas por ambas quaisquer dificuldades ou restrição criada por parte dos representantes das Sociedades à execução de seus trabalhos.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos do Banco Cetelem, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesa bem como o atendimento das recomendações formuladas por sua Auditoria Interna, Auditores Externos e pelos órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que o Banco continua a dispor de processos de controles internos compatíveis com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna, ocasião em que pôde constatar sua independência tanto em termos hierárquicos, quanto na execução de seu trabalho. Com base nos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna que, entre outros, avaliam a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco, e controles internos e responsabilidades das gerências, o Comitê concluiu também que a Auditoria Interna continua a demonstrar eficiência no atendimento de seus objetivos.

Com referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Presidente do Comitê de Risco esclareceu ao Comitê de Auditoria que não identificou durante o primeiro semestre de 2022 riscos que pudessem impactar de modo relevante as demonstrações financeiras do Banco Cetelem.

Em relação à Gestão de Pessoas, o Comitê de Auditoria recebeu informações sobre os esforços empregados desde 2020 com o surgimento da pandemia (Covid-19), que culminou com a rápida implementação da política de trabalho remoto com o objetivo de assegurar a plena saúde dos colaboradores e, ao mesmo tempo, manter as Instituições em pleno funcionamento, além de aprimorar os rígidos programas de sanitização das suas instalações.

O Comitê de Auditoria através de discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade, bem como com os auditores externos responsáveis pelas demonstrações financeiras do Banco Cetelem (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda) recebeu todas as explicações esperadas acerca das demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com base nisto, o Comitê de Auditoria, em conjunto com os Auditores Externos, concluiu que as referidas demonstrações financeiras apresentavam consistência e uma visão verdadeira e justa das atividades das Sociedades durante o primeiro semestre de 2022, consistentes, inclusive, com as demonstrações financeiras do mesmo período de 2021, razões pelas quais recomenda à Diretoria Executiva do Banco Cetelem a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2022, as quais serão objeto de publicação e divulgação no prazo legal.

São Paulo, 25 de agosto de 2022.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Cetelem S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cetelem S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cetelem S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2022

